

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2034 - PE (2019/0116095-0)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

AGRAVANTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

**ADVOGADOS : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS - PE028240
KAMYLLA VIEIRA DINIZ - PE038876
ANNA KATARINA COLARES DAVID DE ALENCAR - PE039060
BRUNA BARBOSA SOARES DE ALBUQUERQUE - PE036566**

AGRAVADO : JOANA DARC BARROS DOS SANTOS

AGRAVADO : JOAS ALVES DA CRUZ

AGRAVADO : LUZINETE RODRIGUES DE MACEDO

AGRAVADO : VALMIRO GOMES COELHO

AGRAVADO : JOAQUIM BEZERRA DE SA

AGRAVADO : MARIA LUZINETE DE SOUZA

AGRAVADO : ELIZABETE DE ARAUJO BRANDAO

AGRAVADO : AILTON GOMES DA SILVA

AGRAVADO : MARLUCIA SOARES DA SILVA

AGRAVADO : JOAO GOMES DOS ANJOS

AGRAVADO : IRENE BARBOSA RODRIGUES

AGRAVADO : RAIMUNDO PINHEIRO DAS NEVES

AGRAVADO : VALENTIM ALEXANDRE LEANDRO

AGRAVADO : IVANILDA CERQUEIRA PEREIRA LOURA

AGRAVADO : DANIEL DE SOUSA NOBRE

AGRAVADO : EUUSTA GOMES DOS ANJOS COSTA

AGRAVADO : MARIA DOS ROSARIO SILVA

AGRAVADO : MARIA GILDETE SOARES

AGRAVADO : MARIA DAS GRACAS DO NASCIMENTO AMORIM

AGRAVADO : JUCELIO GALDINO DA COSTA

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. PROCESSUAL CIVIL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. SÚMULA Nº 182/STJ.

1. Não pode ser conhecido o recurso que não infirma especificamente os fundamentos da decisão agravada, haja vista o disposto no art. 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015. O conteúdo normativo do referido dispositivo legal já estava cristalizado no entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça na redação da Súmula nº 182/STJ.

2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por

Superior Tribunal de Justiça

unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

